

SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

O QUE É?

PARA QUE SERVE?

E COMO ISSO AFETA MEU DIA A DIA?

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

O QUE É?

PARA QUE SERVE?

E COMO ISSO AFETA MEU DIA A DIA?

Brasília – DF

2012

© 2012. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 1.000 exemplares

Série: Melhoria da qualidade e da transparência dos gastos públicos no Brasil

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Esta publicação é parte do Projeto "*Improving the quality and transparency of public spending in Brazil*" desenvolvido pela Agenda Pública em parceria com a Embaixada do Reino Unido.

Distribuição e Supervisão Editorial:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Subsecretaria de Contabilidade Pública
Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União
Coordenação de Informação Fiscal e de Custos da União
Gerência de Informações Fiscais e de Custos

Realização:

AGENDA PÚBLICA - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

Elaboração (Agenda Pública):

Isabela Oliveira Pereira da Silva

Revisão e Supervisão:

José Marilson Martins Dantas
Julio Cesar de Campos Fernandes
Sergio Andrade
Welinton Vitor dos Santos

Revisão ortográfica:

Vívian Matsushita

Diagramação e Edição:

Ricardo Hurmus

Assessoria Técnica da STN - Secretaria do Tesouro Nacional:

Arthur Roberto Pereira Pinto
Bernardo Creimer Cherman
Éder Sousa Vogado
José Marilson Martins Dantas
Julio Cesar de Campos Fernandes
Rosilene Oliveira de Souza
Welinton Vitor dos Santos

Como citar este documento:

BRASIL. *Sistema de Custos no Governo Federal: O que é? Para que serve? E como isso afeta meu dia a dia?* Brasília: MF, STN, 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS DA UNIÃO

COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL E DE CUSTOS DA UNIÃO

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E DE CUSTOS

SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

O QUE É?

PARA QUE SERVE?

E COMO ISSO AFETA MEU DIA A DIA?

Brasília – DF

2012

SUMÁRIO

Sistema
de Custos
no Governo
Federal

08 Boas Vindas

10



I. Transparência Pública na Gestão Governamental

- 12** 1. O que é Transparência Pública?
- 14** 2. Ações para a Transparência Pública no Governo Federal Brasileiro
- 16** 3. Qual é a importância da Transparência na Administração dos Recursos Federais?

18



II. A Gestão de Custos no Setor Público

- 20** 4. A Gestão de Custos em um quadro mais amplo
- 22** 5. O que significa Gestão de Custos no Setor Público?
- 24** 6. Qual a necessidade de se avaliar os Custos do Governo?
- 28** 7. Como é possível mensurar os Custos no Setor Público?



30

III. A Gestão de Custos no Governo Federal Brasileiro

- 32** 8. Rumo à Gestão de Custos no Governo Federal
- 36** 9. A linha do tempo da Gestão de Custos Governo Federal Brasileiro



40

IV. Uma Visão Geral sobre o Sistema de Custos do Governo Federal

- 40** 10. Desafios para a Gestão de Custos no Brasil
- 44** 11. O que é o SIC?
- 48** 12. Como o SIC funciona na prática?



52

V. Para Saber mais sobre a Gestão de Custos no Governo Federal

- 54** 13. Como aprender mais sobre o Sistema de Custos e sobre a Gestão de Custos no Governo Federal?
- 56** 14. Bibliografia e Referências sobre Transparência Pública, Gestão de Custos e Qualidade do Gasto no Governo Federal

Boas Vindas!

A cartilha **SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL: O QUE É, PARA QUE SERVE E COMO ISSO AFETA MEU DIA A DIA** surgiu da parceria entre a Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda do Governo Federal Brasileiro, por meio de sua Coordenação de Informação Fiscal e de Custos da União (COINC/STN/MF), e a Embaixada do Reino Unido, por intermédio da organização não governamental Agenda Pública. A publicação faz parte do projeto “Improving the quality and transparency of public spending in Brazil” [Melhoria da qualidade e da transparência dos gastos públicos no Brasil], desenvolvido desde 2011.

O objetivo da cartilha é apresentar de forma introdutória ao leitor não especializado o tema da gestão de custos na administração pública. Sendo assim, não é preciso ser especialista em contabilidade, economia e administração, ou

mesmo trabalhar no governo, para conhecer a discussão sobre os temas nela abordados.

Ao contrário disso, esperamos que esta iniciativa possa esclarecer algumas das questões mais importantes sobre como acompanhar a gestão de custos no setor público, fortalecendo assim a participação da sociedade civil neste tema.

E essa tarefa depende de todos, desde os entes e as unidades dos três poderes de Estado, até as universidades, organizações da mídia, ONGs, instituições e empresas públicas ou privadas, entre outros grupos de representação social. E ela começa exatamente pelo uso da informação!

Boa leitura!





TRANSPARENCIA PÚBLICA NA GESTÃO GOVERNAMENTAL



1

O que é Transparência Pública?

Como todos sabem, a democracia é uma forma de governo que tem como base a participação dos cidadãos nas ações da esfera pública. São vários os chamados “mecanismos de participação”, ou seja, as formas pelas quais os cidadãos podem participar da vida pública – pelo voto, que resulta na escolha de nossos governantes, e até contribuindo nos conselhos e orçamentos participativos de nossas cidades.

Não apenas no Brasil, mas também em outros países democráticos, a forma de participação tem se modificado nas últimas décadas. A utilização da tecnologia de informação, como a internet e as mídias sociais, não tem impacto apenas em nossa vida, no modo como trabalhamos, estudamos ou nos divertimos, mas também nos governos e nas formas pelas quais os cidadãos podem participar da política.

Dentre essas mudanças, as novas tecnologias têm servido para tornar os governos mais “transparentes” – sendo que transparência, nesse caso, implica, por parte do governo, promover de forma ágil, qualificada e compreensível a publicização de informações públicas e, por parte do cidadão, ter a possibilidade de acompanhar as ações e decisões dos governos.

Não é à toa que usamos a palavra “transparência”: pense em uma paisagem vista pela janela de um carro, quanto mais transparente estiver a sua janela, melhor você poderá ver o percurso, as pessoas, a movimentação fora do automóvel, a vista em geral. Quando acontece o contrário, quanto menos transparente estiver a sua janela, menores serão as suas possibilidades de observar, se informar e, conseqüentemente, participar do que acontece à sua volta.

2

Ações para a Transparência Pública no Governo Federal Brasileiro

No caso do Brasil, a Constituição de 1988 é o marco legal que passou a assegurar de maneira plena os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos brasileiros. Desde então, foram vários os esforços do Governo Federal para promover a transparência, aumentar a participação dos cidadãos na vida pública, combater a corrupção e tornar público os gastos e recursos governamentais.

Nesse processo, como já dissemos, o uso de novas tecnologias tem alterado o modo como as pessoas acessam as informações sobre o Governo Brasileiro em suas diferentes esferas – Municipal, Estadual e Federal. Frente a essas mudanças, está sendo criada uma série de medidas que buscam aumentar a transparência das informações sobre os diversos órgãos do Governo Federal.

Por exemplo, a legislação que regulamenta as páginas na internet sobre a Transparência Governamental foi criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005. Nessas páginas da internet, é possível acompanhar as informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens etc.

3

Qual a importância da Transparência na administração dos Recursos Federais?

Vamos voltar ao exemplo do carro: quanto mais transparente for a sua janela, melhor será a visão do que acontece à sua volta, certo? Isso significa que você terá mais clareza do seu percurso. Em outras palavras, você sabe exatamente para onde está indo.

Com os gastos públicos é a mesma coisa. Com mais transparência é possível saber quais são os rumos das ações governamentais, como o dinheiro está sendo investido e no que está sendo gasto. Por que isso é importante? Porque são estas as decisões que afetam diretamente a nossa vida e a de nossas famílias.

Quer alguns exemplos? As ações do Governo Federal vão ter impacto nos serviços de saúde que a sua família utiliza, nas creches e escolas, nos tributos que você paga quando adquire bens e serviços, na hora em que você vai ao supermercado fazer compras, e até nos seus benefícios

trabalhistas, tais como aposentadoria, férias, licença-maternidade, décimo terceiro etc. Enfim, falar de Transparência Pública não é falar de algo distante do seu cotidiano, mas sim de decisões que afetam a sua vida e a de todos os brasileiros.

Com as medidas para promover a transparência pública, os cidadãos podem se informar, cobrar, participar, e colaborar nos processo de decisão da Administração Governamental. Esse é o desafio do Governo Federal: utilizar as novas tecnologias para tornar o Governo mais transparente, eficaz, participativo e responsável.



O QUE SIGNIFICA GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO?



Sistema de Custos do Governo Federal

4

A Gestão de Custos em um quadro mais amplo

A Gestão de Custos no Governo Federal se fixa em uma série de medidas para reforma do Estado brasileiro. Além disso, é parte de tendências na área da Contabilidade Pública adotadas internacionalmente. Nesse sentido, diversos analistas apontam a importância administrativa e política da gestão de custos como parte de um processo histórico mais amplo relacionado à eficácia e eficiência da administração governamental.

A implantação de um Sistema de Custos no Governo Federal é o resultado de uma série de mudanças de dimensão histórica, econômica, política e cultural do Estado Brasileiro; assim, o concomitante desenvolvimento da Gestão de Custos também é parte dessa série de mudanças de “mentalidade administrativa”, tal como as melhorias das ferramentas de gestão e o controle das informações na esfera pública.

A Gestão de Custos é um elemento decisivo no processo conhecido como *accountability*, termo em inglês que se refere à responsabilidade de determinado ente ou órgão administrativo em prestar contas de suas decisões e aplicação de recursos, tanto na esfera privada quanto na pública.

A melhoria do processo de *accountability* pelo setor público tem como uma de suas finalidades o aprimoramento do processo de tomada de decisão por parte do Governo. A melhoria na Gestão de Custos significa maior transparência e possibilita que todo o conjunto da sociedade entenda com maior clareza a utilização dos recursos públicos.

O QUE É CUSTO?

Custo é o consumo de recursos.

Simple assim!

5

O que significa Gestão de Custos no Setor Público?

O objetivo deste item é demonstrar o desafio enfrentado em conjunto pelo Estado e a sociedade de nosso país para se implantar uma sólida cultura de gerenciamento de custos em todo o setor público brasileiro.

A palavra “gestão” se refere à ideia de administrar alguma coisa, tomar conta de algo. Assim, “Gestão de Custos no Setor Público” significa administrar, gerenciar, tomar conta dos custos – ou recursos consumidos – por todas as instituições/ entidades do setor público; ou seja, não apenas as organizações da administração pública direta na gestão governamental (estrutura dos governos Federal, Estadual ou Municipal), mas também aquelas entidades vinculadas ao Judiciário e ao Legislativo; e, ainda, as empresas estatais e as sociedades de economia mista.

Em linhas gerais, o termo “Setor Público” é mais amplo do que

“Administração Pública” e este, por sua vez, é mais abrangente do que “Governo”; pois este último envolve apenas o alcance do Poder Executivo na gestão de sua própria estrutura e seus entes subordinados; já o segundo, refere-se à administração dos três poderes da União, envolvendo, assim, de maneira mais ampla e consolidada a gestão pública do Estado Brasileiro; contudo, no que se refere àquele primeiro termo, tratamos de toda e qualquer instituição criada e/ou mantida com o uso de algum patrimônio público e o consumo de recursos públicos.

6

Qual a necessidade de se avaliar os Custos do Governo?

Atividades de governo -

são ações de governo, direcionadas para a produção de bens e serviços, que consumirão os recursos financeiros disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Despesa pública -

conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa do direito público, destinado ao funcionamento dos serviços públicos e que integra o Orçamento Anual.

Bens ou serviços -

são os objetos das ações do governo, indicando aquilo que elas produzem.

A partir dos entendimentos apresentados no tópico anterior, podemos afirmar que **MENSURAR CUSTO NO SETOR PÚBLICO** É “DIZER QUANTO RECURSO FOI CONSUMIDO POR UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PARA PRODUZIR DETERMINADO BEM OU SERVIÇO PARA A SOCIEDADE”.

Exemplo:

Quando uma entidade do Governo compra vacina para campanha de imunização.

A partir da avaliação de custos é possível melhorar o planejamento e o orçamento governamental, sabendo-se com mais clareza para onde estão sendo destinados os recursos públicos.

O maior controle dos custos significa o uso eficiente dos recursos e, com isso, todos saem ganhando. Consequentemente, isso pode melhorar a avaliação de políticas

públicas e programas custeados por meio de recursos públicos.

O Estado Brasileiro possui uma série de legislações específicas que tratam da necessidade de avaliação dos custos no Setor Público. Essas leis começaram a ser criadas na década de 1960 e vêm sendo aperfeiçoadas e alteradas até os dias de hoje.

Uma das mais importantes é a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), de 4 de maio de 2000. Essa lei é o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil. Seu objetivo é estabelecer metas, limites e condições para gestão das receitas e das despesas.

Começamos esta cartilha tratando da transparência pública e é importante dizer que a transparência é exatamente um dos quatro eixos que apoia a LRF:

6

Qual a necessidade de se avaliar os Custos do Governo?

- **Planejamento** – é feito por intermédio de mecanismos, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelecem metas para garantir uma eficaz administração dos gastos públicos.
- **Transparência** – é a ampla divulgação dos relatórios nos meios de comunicação, inclusive a internet, para que todos tenham oportunidade de acompanhar como é aplicado o dinheiro público.
- **Controle** – é a ação fiscalizadora, aprimorada por maior transparência e pela qualidade das informações.
- **Responsabilização** – são sanções que os responsáveis sofrem pelo mau uso dos recursos públicos. Essas sanções estão previstas na legislação que trata dos crimes de responsabilidade fiscal (Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000).

No entanto, como já bem firmado junto à opinião pública, a transparência das contas públicas é, de fato, um dos principais objetivos da **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Sob esse prisma, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sempre desenvolveu mecanismos para possibilitar o cumprimento desse dispositivo legal, especialmente por meio da disseminação de informações sobre endividamento, receitas e despesas da União, dos Estados e dos Municípios.

Contudo, desde 2009, com os recentes avanços dos novos padrões brasileiros de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e pela parceria com diversas instituições, estatais e não estatais, especializadas nos campos da gestão e das finanças públicas, a Secretaria do Tesouro Nacional deu um novo e bastante relevante passo rumo à disponibilização pública de informações sobre a gestão governamental brasileira.

7

Como é possível mensurar os Custos no Setor Público?

Cada “ente” da Federação no Estado Democrático Brasileiro, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, possui mecanismos próprios para medir os gastos públicos.

No Governo Federal, quem cuida da administração financeira e da contabilidade federal é a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – unidade ligada ao Ministério da Fazenda.

Em conjunto com outros órgãos e instituições, a STN é responsável por uma série de iniciativas que compõem a política de melhoria da qualidade do gasto público.

Entre essas iniciativas, está a criação do SIC (Sistema de Informação de Custos do Governo Federal), que permite medir os custos do Governo Federal.

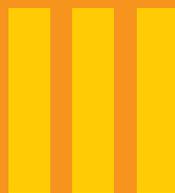
Antes de tratarmos das especificidades do SIC, vejamos o

histórico da Gestão de Custos no Governo Federal. Isso nos ajudará a entender como o SIC foi criado.





A GESTÃO DE CUSTOS NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO



Sistema de Custos do Governo Federal

8

Rumo à Gestão de Custos no Governo Federal

O processo de criação de um sistema de gestão de custos no Brasil é relativamente recente e implica uma série de mudanças em aspectos culturais da Administração Pública.

Entre essas mudanças estão os processos de avaliação de desempenho dos gestores e órgãos governamentais, bem como a avaliação das decisões de alocar recursos públicos.

Como vimos, este processo de mudanças na Contabilidade Governamental vem ocorrendo desde a década de 1960. Mas é somente a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal que a gestão pública começou a se alterar de maneira mais consistente.

Essas modificações são acompanhadas pela adoção do Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que tem como objetivo a convergência aos

padrões estabelecidos por Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Inciso II do Art. 4º. do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009).

No Brasil, a busca por sistemáticas e práticas de gerenciamento de custos nas organizações públicas vinculadas ao Governo Federal se mostra relativamente frequente a partir da última década, no entanto, isso não se deu de maneira orquestrada, concentrada e estruturada pelo governo central até os meados de 2008.

Foi a partir de tal ano que as secretarias executivas e de natureza especial em alguns ministérios, como Fazenda (MF), Educação (MEC), Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), passaram a unir esforços técnicos e analíticos em torno de fundamentos teóricos comuns e sólidas bases metodológicas com o objetivo de definir, desenvolver,

8

**Rumo à Gestão
de Custos no
Governo Federal**

disseminar e consolidar um modelo de sistema de custos para toda a administração pública brasileira.

Nessa trajetória foram concebidas as atuais bases de estrutura administrativa e organizacional do Governo Federal que garantem o surgimento e o contínuo desenvolvimento do Sistema de Custos do Governo Federal, hoje gerenciado pela STN.

Juntamente com outros ministérios e secretarias de caráter estratégico para a gestão das finanças públicas da União, a STN compõe o grupo de instituições do Poder Executivo Federal que integra grande parte das funções e atividades do chamado Ciclo de Gestão Governamental, o qual é estruturado sistematicamente, do ponto de vista legal, pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

A Lei no 10.180 é também chamada a Lei dos Sistemas Estruturantes,

pois é ela que “organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”.

E é exatamente nesse contexto que se enquadra o Sistema de Custos do Governo Federal, ao ser compreendido por muitos como o mais recente subsistema estruturante da Administração Pública Federal. O Sistema de Custos do Governo Federal se mostra integrante, mas também “integrador” dos grandes sistemas estruturantes ora disciplinados pela Lei no 10.180, uma vez que traz à luz, com facilidade, as evidências essenciais para definição do grau de eficiência na aplicação dos recursos públicos por todos os envolvidos no Ciclo de Gestão Governamental.

9

A linha do tempo da Gestão de Custos no Governo Federal Brasileiro

Lei nº 4.320 de 17/03/1964 A temática de custo passou a fazer parte da Contabilidade Pública, mas seu uso se limitava à área industrial da Administração Pública.

Decreto-lei nº 200 de 25/02/1967 As informações de custos passaram a ter uma finalidade gerencial, buscando auxiliar de uma forma mais ampla o processo de tomada de decisão.

Decreto Presidencial nº 93.872/1986 Detalhou a forma pela qual a contabilidade deveria apurar os custos dos serviços, bem como determinou punição para as unidades que não disponibilizassem as informações pertinentes para permitir sua mensuração.

Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 Um dos marcos legais mais importantes desse processo, a Lei de Responsabilidade Fiscal define que: "A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial".

Lei nº 10.180 de 06/02/2001 Esta lei concedeu à Secretaria do Tesouro Nacional a competência para tratar de custos na Administração Pública Federal

Acórdão nº 1078/2004 do Tribunal de Contas da União

Determinou que fossem adotadas “providências para que a administração pública federal possa dispor com maior brevidade possível de sistema de custos que permita, entre outros, a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira de responsáveis”, ante o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO para 2004.

2005 A Comissão Interministerial propõe que a STN passe a “elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação de Sistema de Custos na Administração Pública Federal”.

2008 É formada a Câmara Técnica de Qualidade do Gasto (CTQG), no âmbito do Comitê Técnico de Orçamento conduzido pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Decreto nº 6.944/2009 Destaca a necessidade de efetuar a unificação dos cadastros de órgãos dos sistemas já existentes no governo, como o SIAFI, SIAPE e SIGPlan.

2010 O Sistema de Custos do Governo Federal foi homologado pelos diversos órgãos do Governo.

2011 Foi implementado o Sistema de Custos do Governo Federal com definição das suas atribuições e abrangência, normatizadas pelas portarias 157 e 716 da Secretaria do Tesouro Nacional.





**UMA VISÃO GERAL SOBRE O SISTEMA
DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL**

IV

Sistema de Custos do Governo Federal

10

Desafios para a Gestão de Custos no Brasil

Por meio da linha do tempo da Gestão de Custos é possível ver que o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC) coloca em prática diversas regras presentes na legislação brasileira que tratam da obrigatoriedade de produzir e utilizar informação de custos no setor público. No entanto, apesar de ser uma obrigatoriedade legal, um dos maiores desafios referentes a esse tema é o de como reunir, analisar e comparar, enfim, como tratar, todas as informações de custos.

E por que isso acontece?

Ao longo dos anos, a Administração Federal tem criado uma série de soluções para o gerenciamento das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do Governo Federal em seus mais diferentes setores e áreas de atuação.

Apesar de aparentemente simples, o desafio de criar uma base unificada

para todos os custos do Governo Federal é uma tarefa extremamente complexa. Para se ter uma ideia da dificuldade em agrupar em uma única base de dados todas as informações de custos do Governo Federal, foram necessários vários anos de trabalho e experimentos, dos quais participaram diferentes equipes e profissionais para o desenvolvimento conceitual e tecnológico do sistema.

O SIC é uma ferramenta tecnológica que unifica e integra os principais sistemas para o gerenciamento dessas informações na administração pública federal. Veremos adiante uma explicação sobre cada um deles.

Participaram da elaboração do SIC diversos atores: ministérios e outras entidades governamentais, a comunidade acadêmica nacional e internacional, diversos órgãos de controle externo, governos estaduais, dentre outros.

10

Desafios para a Gestão de Custos no Brasil

O caminho para a criação do SIC foi longo. Os modelos para o sistema nasceram da reflexão teórica, no meio acadêmico. Posteriormente, esses modelos foram “experimentados” no governo do Estado de São Paulo, entre os anos de 1996 a 2002 e, depois, testados pelo Governo Federal, a partir de 2004, até a homologação da primeira versão do SIC, em 2010.

Naquele tempo, formou-se na Secretaria do Tesouro Nacional um grupo técnico para concepção da versão inicial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, o SIC, em parceria com o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Em março de 2010, a fase de homologação do sistema foi finalizada, iniciando-se, a partir de então, a fase de treinamento e capacitação dos usuários.

Assim, o SIC representa um marco histórico no desenvolvimento de sistemas gerenciais de apoio à tomada de decisão no âmbito do setor público, tanto por sua abrangência, quanto por sua metodologia de construção e implantação.

11

O que é o SIC?

O **SIC do Governo Federal** permite a efetiva mensuração de custos sob a óptica administrativa a partir dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças. Seu objetivo é atender uniformemente a todos os órgãos e entidades da estrutura federal. Seu diferencial está na sua capacidade de integrar diversos sistemas em uma única base de dados.

O **Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC)** é uma ferramenta tecnológica (um *software*) que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do Governo Federal em uma única base de dados (*data warehouse*), armazenando, reunindo as informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões do gestor.

Ao integrar os órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, o SIC unifica as bases de dados dos chamados “sistemas estruturantes” do Governo Federal. Entre os principais sistemas unificados por essa integração estão o **SIAFI**, o **SIAPE** e o **SIGPlan** (até 2012).

Os Sistemas Estruturantes do Governo Federal são construídos e mantidos, em sua maioria, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Vejamos a seguir cada um desses sistemas:

SIAFI

O SIAFI é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Esse sistema é o principal instrumento para registro, acompanhamento e controle de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. O SIAFI tem como órgão gestor a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Mais informações:

www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi

SIAPE

O SIAPE é o sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal, o qual reúne as informações pessoais, funcionais e financeiras dos ativos, pensionistas e aposentados dos servidores federais e tem como

11

O que é SIC?

gestor a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Seu objetivo é controlar tais informações cadastrais e processar os pagamentos dos servidores.

Mais informações:

www.siapenet.gov.br

SIGPlan

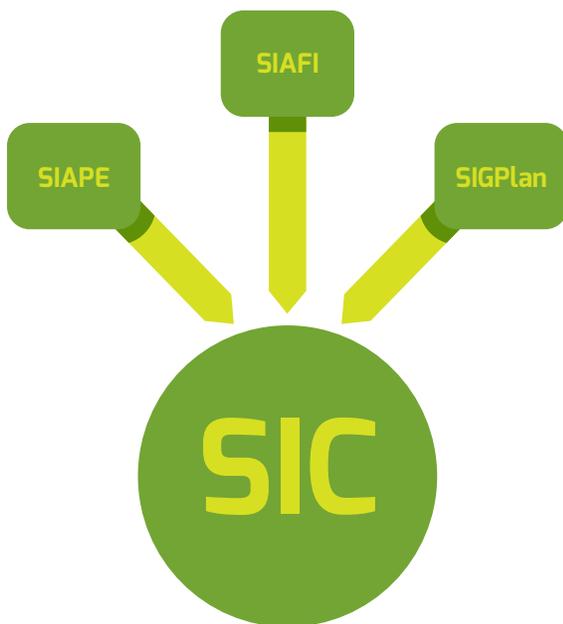
O **SIGPlan** é o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento. Está ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e seu objetivo é o de gerenciar o Plano Plurianual (PPA) das diversas unidades orçamentárias do Governo Federal.

Mais informações:

www.sigplan.gov.br

E como estes e outros sistemas se integram ao SIC?

O diagrama abaixo exemplifica o modelo conceitual no qual o SIC foi baseado.



Através do modelo de *data warehouse* o SIC permite a extração de dados de diferentes sistemas estruturantes do Governo Federal, sem a necessidade de alteração desses sistemas.

12

Como o SIC funciona na prática?

Como acessar o SIC?

O acesso ao SIC como uma ferramenta tecnológica é restrito aos servidores públicos integrantes dos órgãos setoriais de custos dos órgãos superiores do Governo Federal ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais de informações de custos da administração pública federal.

Para utilizar o sistema, os servidores públicos devem ser cadastrados e habilitados pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional). O acesso ao SIC se dá mediante senha pessoal e intransferível vinculada ao CPF de cada servidor público federal.

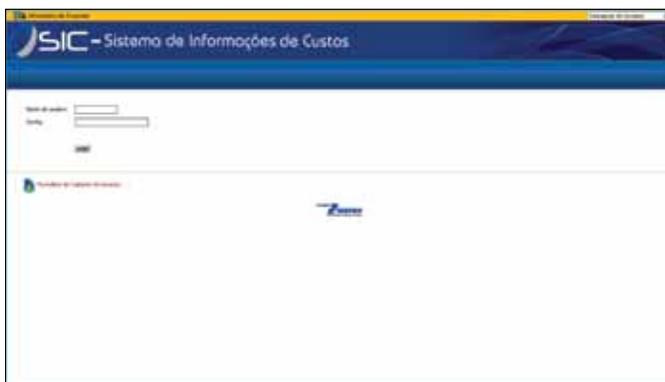
A STN é o órgão responsável pelo SIC. Nesse órgão, as atividades de implantação do sistema são de responsabilidade da Gerência de Informações de Custos da Coordenação de Informações Fiscais e de Custos da União (GEINC/COINC).

O SIC pode ser acessado no seguinte endereço:

<http://custos.tesouro.gov.br>

O funcionamento do sistema é on-line, ou seja, totalmente operacionalizado a partir dos servidores do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Em parceria com a STN, o Serpro administra a ferramenta tecnológica da base de dados do SIC e demais base de dados associadas ao sistema.

Abaixo, encontra-se a tela inicial do SIC, a qual contém as instruções para o cadastro de novos usuários (servidores públicos dos órgãos setoriais de custos da administração pública federal).



12

Como o SIC funciona na prática?

Quais são as principais funcionalidades do SIC?

Entre as principais funcionalidades do SIC está a geração de relatórios de custos envolvendo os diferentes sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAFI, SIAPE e SIGPlan).

É importante lembrar que a principal característica do SIC é a integração de diferentes bases de dados previamente existentes na Administração Pública Federal e consolidadas para a mensuração dos gastos públicos. Dessa forma, o SIC não invalida a operacionalização dos sistemas governamentais criados anteriormente, pois seu funcionamento se baseia na interface com os Sistemas Estruturantes do Governo Federal – que continuam funcionando normal e simultaneamente, porém de maneira integrada ao SIC.

Abaixo, encontra-se a tela principal do SIC, que apresenta as mais relevantes funcionalidades do sistema, tais como a geração de relatórios e documentos, e a criação de filtros para pesquisa.



Tela principal do SIC, no modo “Home”

Para maiores informações sobre o SIC, visite o endereço:

www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/sistema-de-informacoes-de-custos

**Contabilidade
Pública**

Transparência

**Responsabilidade
Fiscal**

**Controle
Social**

Cidadania

**PARA SABER MAIS SOBRE GESTÃO DE
CUSTOS NO GOVERNO FEDERAL**

V

13

Como aprender mais sobre o Sistema de Custos e sobre a Gestão de Custos no Governo Federal?

O Tesouro Nacional mantém em seu portal da internet um vasto conteúdo informacional a respeito do SIC e também sobre os temas a ele correlatos, como o próprio Sistema de Custos do Governo Federal enquanto subsistema de gestão governamental que o mantém, coordena, administra e desenvolve.

No mesmo ambiente virtual poderá ser acessado o **Manual Interativo do SIC**, pelo qual o cidadão/usuário poderá obter toda a informação necessária para compreender melhor qualquer concepção teórico-metodológica do sistema de custos, seu funcionamento e operacionalidade.

Por meio desse *site* de formação básica sobre a sistemática de gestão de custos desenvolvida pelo Governo Federal brasileiro, os interessados na informação de custos no setor público poderão ainda encontrar os principais caminhos para a trilha

do conhecimento e do exercício da cidadania brasileira na participação direta para a qualidade do gasto público brasileiro.

Além do conteúdo da web já publicado pelo portal institucional da Secretaria do Tesouro Nacional, em breve também estará disponível na internet o Portal de Custos do Governo Federal, que deve permitir não somente o acesso a publicações e conhecimentos diversos, mas também a emissão direta, on-line, de relatórios de custos das unidades da Administração Pública Federal.

14

Bibliografia e Referências sobre Transparência Pública, Gestão de Custos e Qualidade do Gasto no Governo Federal

Sobre a Transparência no Governo Federal

Portal do Governo Federal

www.brasil.gov.br

Portal da Transparência

www.portaldatransparencia.gov.br

Portal sobre as Páginas de
Transparência Pública

www3.transparencia.gov.br

Portal do Governo Eletrônico Brasileiro

www.governoeletronico.gov.br

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

Texto integral da lei

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia
prático para o cidadão*

www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/apresentacoes/gerados/cartilha_lrf_final_revisada01.pdf

Entendendo a Lei de
Responsabilidade Fiscal (LRF)

www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/entendendolrf.pdf

Sobre o funcionamento do SIC

Na página da Secretaria do Tesouro Nacional é possível encontrar mais detalhes sobre o processo de criação do SIC, informações a respeito da metodologia, treinamentos e eventos. Nesse mesmo endereço você encontrará as legislações sobre o tema e uma seleção de publicações sobre o SIC.

www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/sistema-de-informacoes-de-custos

Sobre os Sistemas Estruturantes do Governo Federal

História do SIAFI

www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/conheca-o-siafi

14

**Bibliografia e
Referências sobre
Transparência
Pública, Gestão
de Custos e
Qualidade do
Gasto no Governo
Federal**

Estudos de caso, manuais e outros textos sobre o SIC

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 44(4), p. 791-820, jul./ago. 2010.

Artigo acadêmico que apresenta o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal tratando seu modelo conceitual com foco na contabilidade governamental e de custos. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf

MACHADO, Nelson. **Sistema de Informações de Custos: Diretrizes para a integração ao orçamento público e à contabilidade governamental**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

Tese de doutorado defendida na FEA/USP sobre as diretrizes para a construção de um sistema de informação de custos no setor público. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNelson_Machado_Tese_Doutorado.pdf

MONTEIRO, Bento Rodrigo Pereira; PEREIRA, Maria Clara Estevam; SANTOS, Welinton Vitor dos; HOLANDA, Victor Branco de. **O Processo de Implantação do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal do Brasil**. Brasília: MF, STN, 2010.

Artigo elaborado pela equipe da STN sobre o processo de implantação do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC). Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www3.tesouro.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/PROCESSO_DE_IMPLANTACAO_DO_SIC.pdf

SANTOS, Welinton Vitor dos. **Sistema de Informação de Custos do Governo Federal: Modelo conceitual, solução tecnológica e gestão do sistema**. IV Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília/DF, 25 a 27 de maio de 2011.

Estudo de caso sobre o modelo conceitual e a ferramenta tecnológica do SIC. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www3.tesouro.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Painel_18_063_WVS.pdf

14

Bibliografia e Referências sobre Transparência Pública, Gestão de Custos e Qualidade do Gasto no Governo Federal

MARTINS, Lino. **Diretrizes para a elaboração de indicadores de Custos no Governo Federal**. Brasília, 2011.

Estudo desenvolvido pelo Prof. Lino Martins sobre Indicadores de Custos no Governo Federal, durante processo de consultoria para desenvolvimento metodológico do SIC, sob assessoria técnica dos analistas da Gerência de Informações de Custos na STN. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www3.tesouro.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Diretrizes_Elab_Indic_Custos_LinoMartins_VF.pdf

FERNANDES, Julio Cesar de Campos; SLOMSKI, Valmor. **A Gestão de Custos no contexto da qualidade no serviço público: Um estudo entre organizações brasileiras**. 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo/SP, 28 e 29 julho de 2011.

Estudo comparativo de organizações públicas brasileiras. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/473.pdf

FERNANDES, Julio Cesar de Campos. **O Uso da Informação de Custos na busca pela excelência da Gestão Pública**. IV Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília/DF, 25 a 27 de maio de 2011.

Reflexão sobre o gerenciamento da Gestão de Custos. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www3.tesouro.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Painel_18_065_JCCF.pdf

REZENDE, Fernando; Cunha, Armando; Bevilacqua, Roberto. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, 44(4), p. 959-992, jul./ago. 2010.

Trata das Informações de Custos com base na análise de experiências internacionais apontando aspectos relevantes do debate no Brasil. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a09.pdf

PIGATTO, José Alexandre M.; HOLANDA, Victor Branco de; MOREIRA, Cristiane R.; CARVALHO, Frederico A. A importância da contabilidade de 39 competência para a informação de custos governamental. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, 44(4), p. 821-837, jul./ago. 2010.

Este artigo apresenta um caso fictício para exemplificar parte dos argumentos teóricos e metodológicos na informação contábil governamental. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a04.pdf

14

**Bibliografia e
Referências sobre
Transparência
Pública, Gestão
de Custos e
Qualidade do
Gasto no Governo
Federal**

HOLANDA, Victor Branco de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; GUIMARÃES, Fabrícia (Orgs). **Sistema de informação de custos na administração pública federal: Uma política de Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Abrangente material sobre conceitos, metodologia, e processo de concepção e implantação do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal Brasileiro. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7725/CPDOC_SistemaDeInformacaoCusto.pdf?sequence=1

Outras fontes:

BRASIL. **t de Contabilidade aplicada ao Setor Público**. Brasília: MF, STN, 2012.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais aplicados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios - válidos para o exercício de 2013. Texto disponível em formato eletrônico no endereço:

www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica

(página com vários manuais de contabilidade).





APOIO



Embaixada Britânica
Brasília